

A dívida externa fora das manchetes

Celso Pinto*



No final de 1987, poucos meses depois de Luiz Carlos Bresser Pereira ter assumido o Ministério da Fazenda, armou-se no País o drama da reclassificação dos créditos brasileiros nos Estados Unidos.

O rebaixamento da classificação dos empréstimos de médio e longo prazo ao Brasil seria uma consequência inevitável da prolongada moratória no pagamento de juros. Para os bancos norte-americanos, ele significaria a exigência de provisões adicionais. Para o Brasil, dizia-se na época, o rebaixamento levaria ao desaparecimento das linhas de curto prazo e ao isolamento definitivo do País.

Naquele momento, não foram apenas os bancos que pressionaram por algum pagamento simbólico de juros que evitasse a reclassificação. A opinião pública brasileira envolveu-se no debate e as lideranças empresariais alinharam-se aberta e decididamente em favor do pagamento. O ministro fez, afinal, o pagamento simbólico mas jamais fechou um acordo: ao contrário, perdeu seu posto, em janeiro de 1988, quando defendia uma ruptura unilateral com o comitê dos bancos credores.

Pois bem, a tão temida reclassificação aconteceu há pouco mais de duas semanas — sem maior alarde. Os bancos internacionais pressionaram como puderam por um pagamen-

to simbólico e vários bancos brasileiros têm sofrido algumas dificuldades para manter linhas de curto prazo.

Basicamente, contudo, “a vida continua”, como disse a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, a este jornal, quando perguntada a respeito. Enquanto os bancos norte-americanos enfrentavam o rebaixamento, a ministra discutia com bancos europeus a perspectiva de montar acordos específicos.

As linhas de curto prazo, especialmente as comerciais, não desaparecerão por três boas razões: 1) seu risco é baixo, já que o Brasil jamais deixou de honrar estas linhas; 2) elas são lastreadas em operações concretas e têm, por esta razão, garantias reais; e 3) são fantasticamente lucrativas, pois podem render um “spread”, ou margem de lucro, de até 8% para os bancos.

Seria bom ter evitado o rebaixamento, mas ainda melhor será tentar discutir um acordo realista, de longo prazo, com os bancos comerciais. A dívida ao Terceiro Mundo não é mais uma ameaça à sobrevivência dos bancos, os governos credores sabem disso, e abriu-se um espaço para buscar uma solução mais permanente para o problema.

“A questão da dívida externa há muitos meses saiu do noticiário”, comemorava a ministra. Na verdade, nem mesmo a reclassificação conseguiu colocar o problema de volta nas manchetes, o que é um bom indício.

* Correspondente deste jornal em Londres.

25 JUL 1990

GAZETA MERCANTIL